



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE CACOAL /RO

**Andréia Duarte Aleixo¹, Nilza Duarte Aleixo de Oliveira², Maria Bernadete Junkes³,
Ozana Rodrigues Boritza⁴, Suzenir Aguiar da Silva⁵ and Alessandra Silva Damacena⁶**

¹Mestre em Administração. Professora Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rondônia, Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, Cacoal, Rondônia, Brasil.

²Doutora em Administração. Professora Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rondônia, Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, Cacoal, Rondônia, Brasil.

³Pós Doutorado em Engenharia Econômica. Professora Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rondônia, Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, Cacoal, Rondônia, Brasil.

⁴Mestre em Administração. Professora Departamento de Direito, Universidade Federal do Rondônia, Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, Cacoal, Rondônia, Brasil.

⁵Doutora em Administração. Professora Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rondônia, Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, Cacoal, Rondônia, Brasil.

⁶Acadêmica da Universidade Federal do Rondônia, Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, Cacoal, Rondônia, Brasil.

RESUMO

A agricultura familiar brasileira como produtora de uma diversidade de alimentos faz do Brasil um grande exportador, além de responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país; enquanto a feira livre é a principal responsável pela integração produtor e consumidor. Quando entendido como um negócio, esse canal de comercialização se torna um forte instrumento de políticas públicas. Nesse contexto, o presente trabalho teve por objetivo analisar as políticas públicas que contribuem com a sustentabilidade dos empreendimentos das feiras livres no município Cacoal/RO. Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Utilizou-se simultaneamente pesquisa de campo com a abordagem qualitativa e com as técnicas de pesquisa de entrevista. O público alvo da pesquisa foram os agricultores familiares que trabalham no feirão municipal e que se enquadram dentro dos critérios da agricultura familiar. A coleta de dados ocorreu no período de 16 de agosto a 20 de setembro de 2019. Os resultados apontaram que, com relação aos feirantes, não foi identificada nenhuma proposta específica para qualificação das feiras livres e capacitação dos agricultores. As políticas públicas, que contribuem com a sustentabilidade da agricultura familiar e das feiras livres não devem se restringir simplesmente à produção, à comercialização, mas, acima de tudo, desenvolver mecanismos que envolvam a recuperação e conservação dos solos, da água, da vegetação nativa, das famílias do campo, da geração de trabalho e renda, da saúde das pessoas que produzem e de quem consome, além da cultura local, do abastecimento alimentar e do valor econômico que traz ao município.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. Feira Livre. Políticas Públicas. Sustentabilidade

1. INTRODUÇÃO

Agricultura familiar tem apresentado uma importante contribuição para o meio rural, uma vez que tem demonstrado eficácia, tanto socialmente quanto economicamente, pois exerce influência na geração de emprego e fortalecimento da renda familiar, reduzindo o êxodo rural e contribuindo na construção de melhores condições de vida para o agricultor. Além disso, a agricultura familiar representa um segmento estratégico para o desenvolvimento sustentável, pelo fato de oferecer condições na produção de alimentos com práticas agrícolas mais equilibradas ambientalmente, propiciando a preservação dos recursos naturais, e também uma alimentação mais limpa e sustentável (COLLA *et al.*, 2008; SILVA *et al.*, 2017).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos presentes na mesa dos brasileiros (IBGE, 2006). E o investimento nas políticas da agricultura familiar é o principal fator para o controle da inflação dos alimentos consumidos no país. Portanto, a valorização e incentivo para a permanência do homem no campo e aumento da produção na agricultura familiar representa um melhor cenário econômico (MDA, 2019).

A feira livre é a principal responsável pela integração produtor e consumidor, destacando-se por sua diversificação de produtos ofertados, ao reconhecimento das identidades locais, ligação entre os agricultores e a sociedade consumidora, a melhoria da qualidade de vida que proporcionam, sendo, por isso, importante que recebam o apoio necessário (DAL SOGLIO; KUBO, 2016).

As feiras livres são canais de distribuição da produção da agricultura familiar, principalmente hortifrutigranjeiros. E quando entendida como um negócio, esse canal de comercialização se torna um forte instrumento de políticas públicas (SALES; REZENDE; SETTE, 2011).

A solidez do comércio nas feiras livres se dará somente com ações concretas na valorização da identidade regional em favorecimento dos empreendimentos nas feiras livres. É preciso compreender a feira livre como uma ação social, que proporciona benefícios econômicos e sociais aos agricultores familiares, e, como um negócio gerador de empregos, renda e receita para o município. (SALES; REZENDE; SETTE, 2011)

Dada a importância das feiras livres na economia de um município, faz-se necessário que o poder público fomente ações que possibilitem a sustentabilidade nas suas três dimensões para impulsionar e fortalecer esses espaços, melhorando sua estrutura, organização, padronização, gestão e atendimento ao público, além do aperfeiçoamento do produtor como empreendedor (SILVA; HAETINGER, 2017).

Diante do exposto, levantou-se a seguinte problemática de pesquisa: Quais políticas públicas possibilitam a sustentabilidade dos empreendimentos das feiras livres no município de Cacoal/RO?

Nesse sentido, a presente pesquisa teve por objetivo analisar as políticas públicas que contribuem com a sustentabilidade dos empreendimentos das feiras livres no município Cacoal/RO, bem como caracterizar os empreendimentos e pontuar as dificuldades e potencialidades dos mesmos.

Para atingir os objetivos propostos, delineou-se uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. A pesquisa teve abordagem qualitativa, buscou-se a compreensão dos fenômenos e o modo de interpretá-los. A metodologia utilizada incluiu simultaneamente pesquisa de campo, com a abordagem qualitativa com as técnicas de pesquisa de entrevista gravada e visitas *in loco*. O público alvo da pesquisa foram os agricultores familiares que trabalham no feirão municipal e se enquadram dentro dos critérios da agricultura familiar. A coleta de dados ocorreu no período de 16 de agosto a 20 de setembro de 2019.

Os resultados indicaram que a pesquisa atendeu aos objetivos propostos, pois as políticas públicas ainda são consideradas um pouco incipientes no município de Cacoal/RO, uma vez que, comparados com outras regiões brasileiras, não trazem os benefícios sustentáveis em que outros agricultores já recebem em outros municípios. Contudo destaca-se que o trabalho dos pequenos agricultores, que mesmo sem acompanhamento técnico desejável, possui ações concretas que colaboram com o trabalho dessas famílias e buscam a sustentabilidade.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E A SUSTENTABILIDADE

As Políticas Públicas são consideradas um conjunto de ações, ou omissões, metas e planos que os governos elaboram para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse coletivo. As Políticas Públicas são uma orientação formulada em resposta a uma ação ou falta dela em um dilema público de interesse coletivo, e possui dois elementos: a vontade pública e a solução ao problema. O dever do gestor público é reconhecer e fomentar as políticas públicas, assegurando direito a todos os cidadãos, ou de forma específica para um segmento da sociedade (SECHI, 2012; TEIXEIRA, 2002).

Para Santos (2015), no processo de discussão, criação e execução das Políticas Públicas, há o envolvimento de vários atores na construção da consciência coletiva. Fazem parte desse grupo: governo, sociedade civil, mídia, associações, sindicatos, comunidade acadêmica e etc. No entanto, o processo de desenvolvimento de políticas públicas passa por diversas fases:

- a) Identificação dos problemas e seleção do que é prioridade;
- b) Formulação de planos, projetos, programas, lei etc.;
- c) Escolha das decisões e/ou ações com mais opções de êxito;
- d) Execução das decisões e/ou ações;
- e) Avaliação.

Cavalcanti (2006) acrescenta que a avaliação das políticas públicas se configura como importante mecanismo no fornecimento de informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, para o estudo da viabilidade de programas e projetos, para o redirecionamento de seus objetivos, quando necessário, ou mesmo para a reformulação de suas propostas e atividades, além de uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade com mais transparência sobre suas ações.

Para um município ser capaz de criar e gerenciar Políticas Públicas de qualidade é necessário, além dos recursos financeiros, planejamento de longo prazo. Os instrumentos de planejamento municipal são variados. Dentre eles, é possível citar o Plano Diretor, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA). Todos esses são considerados instrumentos de Políticas Públicas.

Os instrumentos de planejamento do governo são estabelecidos por meio do art. 165 da Constituição Federal de 1988 (CF, 88): Lei do Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e a Lei do Orçamento Anual (LOA) (FERREIRA *et al.*, 2016), conforme segue:

- a) **Plano Plurianual (PPA)** – O Plano Plurianual contém todos os programas que serão executados durante o período de quatro anos, e estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública;
- b) **Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO)** – é um instrumento orçamentário de planejamento estratégico, que entre outros objetivos, é norteadora da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA); e
- c) **Lei do Orçamento Anual (LOA)** – trata-se de uma lei de periodicidade anual, que delimita os recursos necessários para as atividades constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em atendimento à Constituição Federal e à Lei Federal nº 4.320/64, que estabelece normas gerais para a elaboração, execução e o controle orçamentário.

Conforme Moura e Bezerra (2016), a adoção do PPA incentiva o Governo a planejar todas as suas ações de modo a não ferir as diretrizes nele contidas. Essa peça orçamentária guiará a formação da LDO, por sua vez, orientará a elaboração da LOA, que destinará os recursos para as ações governamentais inseridas nas Políticas Públicas. Os objetivos do PPA devem expressar a transformação da realidade socioeconômica que se quer alcançar.

No que tange à sustentabilidade, a gestão pública é importante promotora do desenvolvimento sustentável e potencialmente capaz de incorporar sustentabilidade no conjunto das políticas públicas. Contudo, a gestão pública municipal tem enfrentado desafios para promover um desenvolvimento econômico local baseado na sustentabilidade. Um dos principais é o de buscar novos modelos de políticas de crescimento econômico, criar oportunidade para as pessoas prosperarem, aumentando sua integração social, e qualidade de vida, com redução da degradação do meio ambiente (MILHOMEM; KAMIMURA, 2011; MOURA; BEZERRA, 2016).

Assim, o desenvolvimento para ser reconhecido como sustentável deve estar apoiado no tripé do desenvolvimento sustentável e seus aspectos necessitam estar totalmente interligados, agregando a promoção econômica junto com a conservação ambiental e a participação social, ou seja, satisfazendo o conceito plenamente (PEREIRA, 2012). Nascimento (2012), explica as três dimensões em suas particularidades:

- 1) **Dimensão Ambiental** – Visa produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua capacidade de se recuperar e manter as gerações futuras;
- 2) **Dimensão Econômica** – Supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais, com destaque para uso de energia, gerenciamento de resíduos, além do desempenho econômico do país; e
- 3) **Dimensão Social** – Vislumbra uma sociedade sustentável em que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna; significa erradicar a pobreza, e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros, ou seja, justiça social para todos.

Froehlich (2014) acrescenta que, de forma integrada, as três dimensões de sustentabilidade possibilitam à agricultura familiar proporcionar a qualidade de vida, a produção e abastecimento de mercados, respeito às leis ambientais, preservação do ecossistema e interesse pelo desenvolvimento sustentável. Portanto, a agricultura familiar consiste em um setor que pode apontar caminhos para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental (SILVESTRE; CALIXTO; RIBEIRO, 2005).

Na Figura 1, destacam-se alguns projetos e ações de alguns municípios brasileiros em prol do agricultor familiar.

	POLÍTICAS PÚBLICAS PROJETOS E AÇÕES	OBJETIVO
PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SANTA CATARINA	Negócio Certo Rural	Curso de capacitação técnica exclusivo para agricultores que comercializam seus produtos na Feira Livre.
	Formação de Jovens em Liderança, Gestão e Empreendedorismo.	Capacitação para jovens empreendedores rurais, a fim de qualificar a gestão das propriedades rurais, incentivar a permanência do jovem no campo, melhorar a renda e mais qualidade de vida às famílias.
	Coleta de Materiais Sólidos e Recicláveis	A coleta acontece três vezes no decorrer do ano e visa atender todo o setor rural do município, dando o destino correto a todos os materiais sólidos e recicláveis, incluindo um ecoponto para móveis em desuso.
	Cartão Compra Saudável	A medida beneficia os feirantes e produtores com a oportunidade de aumentar as vendas e também as famílias que recebem o cartão para comprar alimentos mais baratos e frescos.
PREFEITURA DE PETRÓPOLIS - RIO DE JANEIRO	Qualidade Atendimento	Curso de capacitação de feirantes – apresentação pessoal e dos produtos, gentileza, limpeza das bancas e do local, sensibilização para perceber os anseios dos clientes, consumo sustentável, diminuição de desperdícios e também a alimentação mais saudável.
	Produtor Legal	Legalização dos Produtores fornecendo capacitação e conhecimento sobre as principais legislações do meio rural, além da inserção das famílias produtoras no mercado formal.
	Insumos e Equipamentos	Sementes de arroz, milho, feijão, mudas de alface, couve, pimentão, mamão, manga, açaí. Toneladas de fertilizante, adubo e ureia. Kit de irrigação de micro aspersão para o centro de produção de mudas. Kits de manipulação de
TURMA DE SÃO LUÍS - MARANHÃO		

		carnes para auxílio no abate de animais para cooperativas. Unidade de cultivo de ostras. Unidade de pesca (barco, motor roleta, colete, caixa térmica) toneladas de ração para peixes.
	Feiras Livres	Feirinha São Luís – O evento tem o objetivo incentivar a venda de produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar agregando artes plásticas, artesanato, cultura local, gastronomia e literatura. Entrega de barracas padronizadas e fardamentos para os feirantes.
	Pátio de Compostagem e Usina de Beneficiamento de Resíduos	Os insumos gerados a partir do beneficiamento dos resíduos orgânicos como restos de poda, da atividade de capina e resíduos coletados provenientes de feiras livres e mercados públicos serão utilizados como matéria-prima no processo de compostagem e empregados na agricultura familiar.

Figura 1 – Alguns projetos e ações implementadas por outros municípios para o agricultor.

Fonte: Portal das Prefeituras de São Miguel do Oeste/SC; Petrópolis/RJ; São Luís/MA.

Todas as ações descritas na figura 1 são frutos de parcerias junto a entidades como: o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Instituições de Ensino Superior – IES, Sindicatos de Agricultores Rurais e etc., em conjunto com as Secretarias Municipais de Agropecuária, Turismo, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico com objetivo de unir forças para potencializar a prestação de serviços, que vão desde as orientações diversas ao acompanhamento técnico na propriedade rural dos feirantes, não se restringindo apenas à Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é organização social, cultural, econômica e ambiental, com atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas em estabelecimento rural, administradas por uma família, explorada com mão de obra familiar e eventualmente de terceiros (SILVA; ANJOS; CAVALCANTE, 2017).

No Brasil, a agricultura familiar recebeu diversos nomes no sentido depreciativo, como camponês, caipira, roceiro, caboclo, caiçara entre outros, mas que com o tempo foram desaparecendo devido às lutas camponesas, reivindicando créditos, melhores preços, regulamentação da previdência social rural e formas de comercialização (SILVA *et al.*, 2017).

As políticas públicas em prol da agricultura familiar aconteceram graças à luta dos trabalhadores rurais por uma política pública específica e diferenciada e devido a dois fatores primordiais: 1) a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social; 2) a evidência dos movimentos sociais rurais (AGUIAR, 2011).

O reconhecimento dessas formas sociais e a percepção de agricultura precária apenas para subsistência ganhou importância socioeconômica, capacidade produtiva, e passou a ser grande responsável pelo abastecimento de alimentos no mercado interno (PICOLOTTO, 2011).

A consolidação da Agricultura Familiar se deu em 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) importante apoiador dos agricultores familiares, com acesso a várias linhas de crédito de acordo com sua necessidade e o seu projeto como custeio da safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura (SILVA *et al.*, 2017)

Outro passo importante dado pelo Congresso Nacional foi a aprovação da Lei nº 11.326/2006, caracterizando pequenos produtores de pequenas propriedades, com a renda provinda basicamente das atividades rurais desenvolvidas em regime familiar, como Agricultura Familiar, reconhecendo a importância socioeconômica para o país e a obrigação de mais incentivos públicos do governo para com o segmento (PIERRE; VALENTE, 2010).

Porto *et al.*, (2011) destacam o art. 3 da Lei nº 11.326/2006, que considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades rurais, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- a) Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- b) Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- d) Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A aprovação da lei nº 11.326/2006 forneceu o marco legal, permitindo a sua inserção nas estatísticas, em que mostrou que, no Brasil, 70% da produção de alimentos, são provenientes da agricultura familiar. Em 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou o Ano Internacional da Agricultura Familiar, e tema principal para debates, com o objetivo de reposicionar a agricultura familiar no centro de políticas agrícolas, ambientais e sociais dentro das agendas dos países, além de identificar lacunas e oportunidades para promover mudanças com o intuito de alcançar um desenvolvimento mais igualitário (FAO, 2017).

Após a implantação do Pronaf e a Lei da Agricultura familiar, outras políticas públicas foram criadas, contribuindo para a permanência das famílias no campo e destacando a importância cultural, econômica e ambiental no desenvolvimento do país (SOUZA, 2011).

Os programas envolvidos com compras públicas de alimentos, feiras locais, etc., podem ser opções, diminuindo a distância entre o produtor e o consumidor, como também para reconstruir e fortalecer, valorizar e reconhecer o trabalho dos pequenos agricultores. E tudo isso tem reflexos positivos na produção e no consumo de produtos de melhor qualidade (DAL SOGLIO; KUBO, 2016).

A agricultura familiar brasileira, como produtora de uma diversidade de alimentos, faz do Brasil um grande exportador, além de responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país. Portanto, fazem-se necessários fomentos que incentivem o empreendedorismo, orientação no desenvolvimento produtivo, o acompanhamento técnico ao pequeno produtor na hora de produzir e o escoamento da produção do setor (PORTO *et al.*, 2011).

2.2 EMPREENDIMENTOS EM FEIRAS LIVRES

Para Pierre e Valente (2010), as feiras livres representam diversidade com identidade própria. São canais de comercialização, curtos e propiciam o escoamento da produção local, contribuindo como estratégia no desenvolvimento de uma região. Outros autores defendem que a feira não é menos importante que outras formas mais modernas de comercialização e ainda complementam o conceito de forma mais abrangente:

A feira livre é um espaço público onde circulam pessoas, alimentos, bens e tradições culturais da terra. Além disso, constitui-se num importante ponto para a comercialização da produção da agricultura familiar. É um formato de varejo tradicional, que ocorre em vias públicas, ao ar livre, em locais estratégicos de centros urbanos e em dias determinados. São caracterizadas pela predominância das instalações provisórias, sem loja física, onde cada feirante monta sua banca ao lado de outros, o que o obriga a conceber estratégias que o distingam dos demais (COÊLHO; PINHEIRO, 2009, p. 02).

Segundo o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional, no estado de Rondônia existem 63 feiras livres. Desse valor absoluto, 6,3% não comercializam alimentos orgânicos ou agroecológicos, já 77,8% comercializam algum tipo de alimento orgânico ou agroecológico, 9,5% são feiras que vendem exclusivamente orgânicos e agroecológicos, e 6,3% não souberam responder (MAPASAN, 2015).

As feiras livres têm ganhado destaque em relação a outros segmentos no varejo por apresentar proximidade com o consumidor, conseqüentemente uma melhor rentabilidade dos produtos vendidos

(COLLA, *et al.*, 2007). Outra contextualização que provém de Godoy e Anjos (2007) visualiza que as feiras livres exercem uma função importante no fortalecimento econômico e social, em particular da agricultura familiar, representando também um espaço público, cultural, dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor.

Embora sejam importantes para agricultores familiares, para consumidores e para o comércio local, nem sempre feiras livres recebem atenção de programas governamentais de desenvolvimento rural (SILVESTRE; CALIXTO; RIBEIRO, 2005).

Coêlho e Pinheiro (2009) reforçam que, com exceções, a feira livre passa despercebida por muitas administrações municipais, as quais a tratam como um evento trivial, não demandando atenção especial na formulação de políticas ou programas públicos de desenvolvimento, desperdiçando muito de sua potencialidade. Porém, Silvestre, Calixto e Ribeiro (2005) ponderam que toda prefeitura tem algum tipo de ação que direta ou indiretamente favorece as feiras.

Entretanto, apesar de relevante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento local e de inclusão social, é comum o investimento em pesquisa e desenvolvimento para novas técnicas de produção, enquanto a feira livre é referida apenas como setor inferior da economia informal, com pouca relevância para a investigação científica, portanto, outros aspectos da feira livre ainda carecem de análises (COÊLHO; PINHEIRO, 2009).

3 METODOLOGIA

Esta seção tratou dos procedimentos metodológicos que foram adotados para a realização da pesquisa, de acordo com os objetivos propostos. A metodologia utilizada incluiu simultaneamente pesquisa de campo, com a abordagem qualitativa e com as técnicas de entrevista gravada e visitas *in loco*.

Para atingir os objetivos propostos, delineou-se uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória é realizada especialmente quando o tema é pouco explorado, constituindo-se da primeira etapa de uma investigação mais ampla. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas, entrevistas com pessoas, análise de exemplos que estimulem a compreensão. Os estudos descritivos visam descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento tentando uma interpretação. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática (LIRA, 2014; KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

A pesquisa possui abordagem qualitativa, busca a compreensão dos fenômenos e o modo de interpretá-los, não utilizando instrumentos estatísticos para o processo de análise do problema de pesquisa, não pretendendo numerar ou medir as variáveis do problema, mas desejou-se entender, de modo bem mais descritivo, o fenômeno social. A pesquisa qualitativa é sempre descritiva, pois as informações que forem obtidas não são quantificadas necessariamente, mas interpretadas (LIRA, 2014).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se configurou como estudo de campo em que conforme Gil, (2008), estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Busca-se o aprofundamento das questões propostas, tendendo a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação.

O público alvo da pesquisa foram os agricultores familiares que trabalham no feirão municipal, que se enquadram dentro dos critérios da agricultura familiar e o gestor da Secretaria de Agricultura Municipal de Agricultura – SEMAGRI.

Quanto ao universo da pesquisa, foi realizado um levantamento prévio dos agricultores que atuam no feirão do município de Cacoal/RO, já que a SEMAGRI não dispõe do número exato de feirantes que se enquadram como agricultores familiares.

De posse do quantitativo, foi realizada a seleção para aplicação da pesquisa de campo. O critério utilizado na seleção foi amostragem probalística aleatória simples. Segundo Lira, (2014), amostra corresponde a grupo de indivíduos de uma população, a fim de averiguar e caracterizar algo sobre a população a que pertencem. De um universo de 70 agricultores familiares, 35 feirantes foram selecionados e entrevistados aleatoriamente.

As técnicas de pesquisa referem-se aos procedimentos que foram utilizados para coletar os dados empíricos durante a realização da pesquisa. As entrevistas foram realizadas no período de 16 de agosto a 20 de setembro de 2019, orientadas por 02 (dois) roteiros semiestruturados constituídos a partir dos objetivos propostos e em conformidade com o referencial teórico pesquisado, um destinado aos agricultores familiares e outro ao gestor público.

As entrevistas foram norteadas por um roteiro compostos por questões abertas e fechadas específico para cada tipo de sujeito. Foram entrevistados 35 feirantes atuantes no Feirão do Produtor e o representante de órgão/entidade ligado ao setor rural, o Secretário Municipal de Agricultura da SEMAGRI. Outras informações adicionais foram levantadas junto à Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER do município.

Os dados foram agrupados com auxílio de *software*, tais como: *Word* e *Excel* de acordo com o seu grau de similaridade, tabulados e analisados. Os resultados foram apresentados por meio de figuras, quadros e gráficos para evidenciar as informações mensuradas com objetivo de melhor expor os resultados.

4. RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção estão descritos os resultados da pesquisa, bem como a análise deles à luz do referencial teórico abordado. Sendo organizado em 2 (duas) subseções, os resultados foram evidenciados tomando por base a seguinte ordem: a primeira 4.1 caracterização da agricultura familiar sob as dimensões social, econômica e ambiental no contexto das feiras livres do município de Cacoal/RO e a segunda 4.2 sobre as dificuldades e potencialidades dos empreendimentos de feiras livres.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SOB AS DIMENSÕES SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL NO CONTEXTO DAS FEIRAS LIVRES DO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO.

O município de Cacoal está localizado na porção centro-leste do estado de Rondônia, sua população, segundo IBGE (2010), é estimada em 78.574 habitantes. É um dos municípios mais prósperos do estado por sua sólida economia em expansão, caracterizada por indústrias, comércios e serviços. Outras importantes bases econômicas são as atividades agropecuárias, cafeicultura, piscicultura e hortifrutigranjeiro bem como a agricultura familiar que abastece o município. (PREFEITURA DE CACOAL, 2018)

Dada a grande importância para a economia agropecuária, um dos principais canais de escoamento da produção são as feiras livres. De acordo com o representante da SEMAGRI, o município de Cacoal – RO tem 07 feiras livres que se realizam todos os dias da semana em diferentes bairros da cidade.

Outro espaço importante e objeto desta pesquisa é o feirão do produtor, órgão público mantido e administrado pela Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, que funciona todas as quintas-feiras e traz comodidades tanto para feirantes quanto para os consumidores. O local é coberto, cercado, possui estacionamento, energia e água para limpeza dos boxes, banheiro e praça de alimentação, conforme as figuras 2 e 3 a seguir:



Figura 2: Boxes dos feirantes.
Fonte: Dados da pesquisa (2019).



Figura 3: Estrutura física do Feirão do produtor.
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Segundo a SEMAGRI, Cacoal produz mensalmente mais de 400 toneladas de frutas, 100 toneladas de hortaliças, mais de 2,5 milhões de litros de leite por mês, produção de queijo, manteiga e iogurte, toda a potencialidade agrícola se traduz em um centro de comercialização com o objetivo de valorizar a produção local.

Quanto à dimensão social, buscou-se primeiramente identificar a sucessão familiar dos agricultores. Os resultados encontrados junto aos agricultores podem ser observados na figura 4.

DIMENSÃO SOCIAL			
SUCESSÃO FAMILIAR (86% têm filhos e 14% não têm filhos)			
Filhos envolvidos com as atividades da propriedade	60% sim	40% não	
Interesse dos filhos em dar continuidade às atividades	27% sim	73% não	
Incentivo dos pais na sucessão familiar	50% sim	50% não	
CAPACITAÇÃO E INCENTIVOS			
Recebe assistência técnica	35% sim	65% não	
Participam de cursos e/ou palestras	40% sim	60% não	
Receberam incentivos	3% sim	97% não	
RENDA, LAZER E SAÚDE			
Melhora na renda	43% melhorou	46% piorou	11% não houve mudança
Praticam atividade de lazer	37% sim	63% não	
Acesso fácil à saúde	57% sim	43% não	

Figura 4: Caracterização dos agricultores familiares sob a dimensão social.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A feira livre é um negócio que necessita fazer uso de práticas administrativas, a fim de garantir a sobrevivência no mercado competitivo em que estão inseridos. Inclusive, ressalta-se a importância de que os feirantes tenham a possibilidade de participar de cursos com o objetivo de melhorar as boas práticas no modo de produzir, na comercialização dos seus alimentos, apresentação dos produtos, o uso adequado de embalagens dentre outros, além de cursos referentes à sustentabilidade (MORAIS, 2016).

A SEMAGRI em parceria com a EMATER disponibilizou oficina sobre formação de custo de produção de café, curso sobre integração pecuária lavoura, curso sobre a relação da segurança alimentar e os sistemas produtivos e também projetos de capacitação rural com a fabricação de queijos.

Mas de acordo com os agricultores entrevistados, existe uma escassez de projetos voltados para o feirante.

No que se refere à dimensão econômica, a pesquisa mostrou que a feira livre para 60% dos agricultores é a única fonte de renda, conforme pode ser observado na figura 5. Para 40% dos agricultores, a feira livre representa uma renda complementar à fonte principal da renda familiar que vem da cafeicultura, criação de gado leiteiro, construção de cercas, currais, trabalho com máquinas pesadas. Muitos feirantes também são aposentados ou estão recebendo auxílio doença.

DIMENSÃO ECONÔMICA			
FONTE DE RENDA			
A feira é a única fonte de renda	60% sim	40% não	
ORGANIZAÇÃO COLETIVA			
É organizado em Associação, Cooperativa e/ou Sindicato	46% sim	54% não	
PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL			
Inserido em programas do governo	57% sim	43% não	
CUSTEIO DA PRODUÇÃO			
Como é feito o custeio da produção	80% recurso próprio	3% banco	17% próprio e banco
CONTROLE FINANCEIRO E PREÇO DOS PRODUTOS			
Faz controle financeiro	43% sim	57% não	
Parâmetro usado pra fixar preço nos produtos	74% preço de mercado	6% gastos com a produção	20% não utilizam parâmetro

Figura 5: Caracterização dos agricultores familiares sob a dimensão econômica.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Sobre a assistência técnica, seguem algumas observações dentro do percentual dos agricultores que afirmaram receber, haja vista que apenas 29% recebem orientações por meio da EMATER, 3% recebem assistência por meio do técnico do sindicato rural, outros 3% pelo Instituto Padre Ezequiel Ramim em Ji-Paraná. Entretanto, conforme evidenciado na figura 4, os agricultores familiares que alegaram não receber nenhum tipo de orientação técnica, o conhecimento adquirido provém de suas experiências no dia a dia na propriedade.

Questionados o porquê não receberem orientação, a maioria dos agricultores demonstrou estar desacreditados em alguns técnicos pela falta de acompanhamento constante e a falta de conhecimento sobre a forma correta de controle de algumas pragas. Contudo, ficou evidente a partir dos relatos dos feirantes que a assistência técnica no município de Cacoal/RO por parte da EMATER ainda é incipiente.

A feira livre é um negócio que necessita fazer uso de práticas administrativas, a fim de garantir a sobrevivência no mercado competitivo em que estão inseridos. Inclusive, ressalta-se a importância de que os feirantes tenham a possibilidade de participar de cursos com o objetivo de melhorar as boas práticas no modo de produzir, na comercialização dos seus alimentos, apresentação dos produtos, o uso adequado de embalagens dentre outros, bem como curso referente à sustentabilidade (MORAIS, 2016).

A SEMAGRI em parceria com a EMATER disponibilizaram oficina sobre formação de custo de produção de café, curso sobre integração pecuária lavoura, curso sobre a relação da segurança alimentar e os sistemas produtivos e também projetos de capacitação rural com a fabricação de queijos. Mas, de acordo com os agricultores entrevistados, existe uma escassez de projetos voltados para o feirante.

De acordo com o gerente da EMATER, no momento, a autarquia dispõe de apenas 09 técnicos extensionistas entre Técnico de Assistência Social, Agrônomos e Veterinários, e cada técnico possui a

responsabilidade de atender a 105 agricultores cadastrados, incluindo associações e designado por setor do município, acrescentando nos atendimentos 50 produtores agroecológicos. Um dos técnicos é exclusivo para os produtores de café, trabalhando na orientação desde o plantio até o beneficiamento.

Questionado sobre serem suficientes os atendimentos, o técnico enfatizou que em Cacoal são 5.000 propriedades. A EMATER tem previsão de atendimento a 1.200 famílias, porém, esse atendimento se estende a 3.000 famílias. Ainda, segundo a EMATER, os programas que vêm sendo desenvolvidos no município de Cacoal/RO são os que se encontram listados na figura 6.

PROGRAMAS	OBJETIVO
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.	Método que consiste em atender de forma individual com assistência técnica e extensão rural.
MATEC - Método de Assistência Técnica Coletiva	Consiste em atender de forma conjunta um grupo específico, atendendo todos diretamente e sanando as necessidades da informação para a cultura.
OUTORGA DAS ÁGUAS	A EMATER elabora o projeto necessário para a obtenção da outorga das águas. A solicitação de concessão é obrigatória para quem quer fazer uso da água dentro de sua propriedade.
RECUPERAÇÃO DE PASTAGENS	Fornecimento de calcário para a recuperação do solo e equipamentos para fazer a divisão dos pastos, como arame e parafusos. O principal objetivo do projeto é aumentar a produção leiteira na região.
FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS	Destinam-se às famílias em situação de vulnerabilidade, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O Programa destina R\$2.400,00 para agricultores familiares para a compra de equipamentos e insumos para a produção.
PRONAF - Mais Alimentos	O produtor tem acesso ao financiamento rural para investir na sua produção ou serviços agropecuários e assim, aumentar a produtividade, reduzir custos visando a elevação da renda familiar.
PRONAF B - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Pode pleitear o crédito agricultores familiares participantes do PRONAF, cuja renda bruta familiar anual não seja superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e que não contratem trabalho assalariado permanente.
CAR - Cadastro Ambiental Rural	O cadastramento é obrigatório e possibilita o registro e integração das informações dos imóveis rurais.

Figura 6: Programas desenvolvidos pelo poder público para a agricultura familiar.

Fonte: EMATER (2019).

Além da feira, os agricultores familiares também comercializam em outros estabelecimentos comerciais do município de Cacoal/RO, tais como: restaurantes, supermercados, lanchonetes, hospitais e também em residências.

Sobre as conveniências de se comercializar na feira em relação a outros estabelecimentos, 26% dos agricultores responderam que a feira livre é a única opção, 43% responderam ter maior rentabilidade e saída de produtos, já 31% dos entrevistados apontaram distintas vantagens, a mais citada é que na feira a venda é à vista e tem mais liberdade pra praticarem o preço que quiserem.

Questionados sobre a participação em programas do governo federal, os mais citados foram: Programa Luz para Todos, Política de Habitação Rural, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e apenas três do total de entrevistados são inseridos no PRONAF. Um dos feirantes relatou que participou do Programa de Fortalecimento Rural - PRONAF

apenas uma vez, não mostrando mais interesse devido à burocracia e às exigências feitas para se conseguir o financiamento como licença ambiental.

A pesquisa evidenciou que 20% dos entrevistados participam do PAA e 11% do PNAE, e um ponto importante a salientar é que todos são participantes através de cooperativa e/ou associação.

Segundo a SEMAGRI, a compra direta de alimentos do produtor rural realizada pelas escolas já funciona no município, através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Cerca de 30% dos produtos que compõem a merenda escolar são adquiridos da agricultura familiar.

A prefeitura de Cacoal não realizou nos anos de 2015 a 2017 contratações para o PNAE diretamente com fornecedores individuais e grupos informais de agricultores familiares, tiveram como fornecedoras uma associação e uma cooperativa do município de Cacoal.

Outra iniciativa faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em que o Governo Federal compra os alimentos diretamente de produtores rurais da região e realiza a doação através da EMATER para entidades filantrópicas cadastradas. A última etapa realizada do PAA em 2017 contou com um investimento no valor de R\$ 360 mil, beneficiando 124 produtores rurais familiares e os produtos adquiridos foram entregues a 32 instituições.

Já com relação ao controle financeiro, os agricultores entrevistados alegaram não ter o hábito em fazê-lo. Muitos têm consciência da importância, porém não o fazem. Os agricultores ainda destacaram que por vezes iniciam controle financeiro de suas atividades, porém esquecem e perdem o controle. Grande parte deles disse que se anotassem todos os gastos desistiriam de produzir e vender seus produtos, pelo fato de haver, mais despesas do que receitas.

Em contrapartida os agricultores entrevistados que disseram fazer algum tipo de controle financeiro de suas atividades, embora poucos, dentre os tais, o fazem em cadernos espirais de maneira superficial. Apenas 02 (dois), dentre eles, utiliza planilha eletrônica desenvolvida especificamente para o controle de tais atividades.

Já na dimensão ambiental, indagou-se sobre área natural destinada à proteção e conservação dos ecossistemas em suas propriedades, as respostas revelaram que 89% dos agricultores possuem área de preservação permanente e reserva legal, 11% afirmaram que não possuem, mas esclareceram que sua propriedade provém de partilha, portanto a parte que lhe corresponde não dispõe de APP e RL, conforme pode ser observado na figura 7.

DIMENSÃO AMBIENTAL			
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E/OU RESERVA LEGAL			
Possui APP e/ou RL	89% sim	11% não	
DESTINO DE PRODUTOS INADEQUADOS			
Qual o destino dos produtos inadequados para a comercialização	68% animais 12% adubo	14% doação 6% consumo próprio	
SISTEMA DE CULTIVO			
Qual o sistema de cultivo e controle de pragas	57% usam agrotóxico 9% calda de urina de vaca	23% inseticida caseiro 11% não fazem controle	
LIMPEZA E COLETA			
Quem é o responsável pela limpeza e a coleta dos resíduos sólidos no feirão do produtor	72% feirante junto com a prefeitura	11% feirante	17% prefeitura
SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO			
Há acompanhamento ou fiscalização da prefeitura e	94% não há	6% não tem conhecimento	

vigilância sanitária			
----------------------	--	--	--

Figura 7: Caracterização dos agricultores familiares sob a dimensão ambiental.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Sobre o sistema de cultivo dos alimentos, a pesquisa apontou que 57% dos empreendimentos utilizam o sistema convencional com uso de agrotóxico. Já para 23% usam inseticida caseiro, um controle alternativo feito basicamente com ervas e extratos vegetais. Outro método citado por 9% dos agricultores é a calda de urina de vaca, um defensivo alternativo, biofertilizante, fortificante e repelente de insetos. Conforme evidencia a figura 6, somente 11% não fazem nenhum tipo de controle.

Para Bernardino (2015), uma produção orgânica implica produzir com princípios sustentáveis sem uso de agrotóxico, preservando o solo, água, ar e outros recursos naturais, evitando a intoxicação humana e a contaminação do meio ambiente sem prejuízo à saúde dos produtores e consequentemente de quem venha a consumir os alimentos.

No feirão do produtor do município de Cacoal/RO, existe também a “Família agroecológica” denominado Grupo Bem Viver, composto por cinco famílias que produzem e vendem produção orgânica. Foi observado não haver nenhum tipo de identificação sobre o sistema de produção, porém, em conversa, o grupo relatou possuir certificação apenas para a venda direta.

Conforme dados coletados *in loco*, ficou evidente quase não haver empreendimentos vendendo produtos orgânicos certificados, ao ser questionado sobre a produção orgânica no município, o técnico extensionista da EMATER explicou que a mentalidade do produtor em relação ao cultivo de orgânico ainda é limitada, pois o produtor acha mais fácil e mais rápido comprar o agrotóxico. Para alguns feirantes, a produção orgânica é de difícil alcance, muito trabalhoso, requer mais custo, técnica e mão de obra, necessitando de uma grande produção para se obter um bom retorno.

De acordo com diretor da EMATER, são realizadas várias ações agroecológicas com o intuito de capacitar os agricultores familiares como o curso sobre manejo ecológico do solo, produção de biofertilizante, produção de caldas para proteção de plantas e produção de compostos orgânicos. Ainda, segundo a EMATER, muitas dessas ações têm seu foco voltado para as mulheres e explica que elas são mais atentas com a questão da segurança alimentar e a saúde da família, preocupam mais com prevenção e hábitos saudáveis do que os homens.

Conforme pode ser observada nas figuras 8 e 9, a coleta seletiva do feirão municipal é inexistente. Segundo a SEMAGRI, o feirão tem dois funcionários que trabalham diariamente na limpeza. Durante as visitas *in loco*, perceberam-se poucas lixeiras disponíveis durante o horário da feira e, na manhã seguinte à feira, muitas delas são reviradas por moradores de rua que invadem o local espalhando o lixo dentro e fora do feirão.



Figura 8: Container para o lixo.

Fonte: Pesquisa da autora (2019).



Figura 9: Lixo acumulado durante a feira.

Fonte: Pesquisa da autora (2019).

O Gestor da SEMAGRI informou que o coordenador do feirão, nos dias em que há feira, passa

em cada boxe verificando e anotando apenas a assiduidade de cada feirante. E que cada produtor recebeu orientações quanto à higiene, armazenamento dos produtos após inauguração das instalações do feirão. A Vigilância Sanitária informou ainda que, por questões políticas, não mais o fizeram, porém, o regulamento está em fase de mudanças e em breve haverá um acompanhamento de fato no feirão do produtor.

No que se refere às ações que visam ao desenvolvimento sustentável do município de Cacoal nas dimensões social, ambiental e econômica para beneficiar os empreendedores rurais, o secretário da SEMAGRI apontou alguns programas conforme pode ser observado a seguir na figura 10.

		OBJETIVO	
AGRICULTURA FAMILIAR	PROGRAMAS	Renascer das Águas	Recuperação das nascentes assoreadas.
		Caminhos da Produção	Recuperação de carreadores, pontes, bueiros, estradas com patrolamento, cascalhamento, abertura para a saída de água como forma de prevenir atoleiros e aterro de curral.
		Diversificação da produção	Consiste na distribuição de mudas de café clonal e capacitação rural com oficinas na fabricação de queijos, além da piscicultura e olericultura.
		PROVEC - Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária	Concessão de incentivos à produção e ao processo de fabricação dos produtos de origem animal e vegetal, (agroindústrias) agregando valor a esses, visando ao aumento da renda familiar.
FEIRA LIVRE	AÇÕES	Banheiro químico	Instalação de banheiros químicos femininos, masculino e para pessoas com necessidades especiais em todas as feiras de rua.
		Faixa de pedestre	Implantação de uma faixa de pedestre melhorando a acessibilidade ao feirão do produtor.

Figura 10 – Programas e ações desenvolvidos pelo poder público para a agricultura familiar e as feiras livres.

Fonte: SEMAGRI (2019).

A manutenção dos empreendimentos rurais depende de diversos fatores como capacitação, conhecimento da gestão das propriedades, condições político-institucionais mediante acesso ao crédito, canais de comercialização e condições estruturais para a atividade como meios de transporte, energia, estradas, etc. (PAVAN; JUNIOR, 2017).

Sobre as principais dificuldades enfrentadas para manter as atividades na propriedade, cada feirante tem a própria em particular, estradas e carreadores sem manutenção, água distante a 1 km, falta de mão de obra capacitada, o controle das pragas, falta de assistência técnica de qualidade, transporte, diminuição das vendas devido à crise, as altas temperaturas em virtude do sol quente da região, cansaço em razão do trabalho intensivo na propriedade, além da burocracia para conseguir acesso às políticas públicas.

Questionado quanto ao grau de satisfação a respeito da estrutura do feirão do produtor e as principais sugestões que visam melhorias para o local e suas atividades, a pesquisa mostrou que 37% não estão satisfeitos com a estrutura e sugeriram melhorias, 49% estão pouco satisfeitos e também sugeriram melhorias, entretanto 14% dos entrevistados dizem estar muito satisfeitos e não acham necessário melhorias.

O ambiente da feira livre é evidenciado como um componente influente nas condições de trabalho dos feirantes e do público que a frequenta. Ficaram notórios problemas como poluição sonora, falta de bebedouros, condições de higiene inadequadas no ambiente como um todo, nos banheiros, além da disposição inadequada de resíduos sólidos evidenciando a ausência de coleta seletiva.

4.1 DIFICULDADES E POTENCIALIDADES DOS EMPREENDIMENTOS DE FEIRAS LIVRES.

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa quanto à sustentabilidade dos empreendimentos. Esses fatores foram mensurados considerando as informações levantadas nos questionários, nas entrevistas e observação *in loco*. Conforme pode ser observado na figura 11, em cada dimensão seja ela, social, econômica ou ambiental há deficiências e potencialidades que implicam a sustentabilidade dos empreendimentos.

DIMENSÃO	FATORES	DIFICULDADES	POTENCIALIDADES
SOCIAL	Assistência técnica	x	-
	Sucessão familiar	x	-
	Capacitação	x	-
	Qualidade de vida (saúde, lazer, renda)	x	-
	Programas do governo	-	x
ECONÔMICA	Controle financeiro	x	-
	Destino da produção	-	x
	Diversificação de produtos	-	x
	Custeio de produção	x	-
	Certificação dos produtos	x	-
	Organização produtiva	x	-
	Posse da terra	-	x
AMBIENTAL	Condições de trabalho	x	-
	Condições higiênico-sanitárias	x	-
	Gerenciamento de resíduos	-	x
	Sistema de cultivo	x	-
	Coleta seletiva	x	-
	Supervisão de órgãos públicos	x	-

Figura 11 - Dificuldades e potencialidades dos empreendimentos do feirão do produtor.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quando comparado o município de Cacoal/RO versus outros municípios brasileiros como os citados na figura 1 do referencial teórico, fica evidente que Cacoal ainda está incipiente em relação às políticas públicas que contribuem com a sustentabilidade dos agricultores atuantes nas feiras livres, requerendo mais atenção com ações e programas voltados para essa classe. O resultado demonstra uma situação desfavorável em relação às demais cidades brasileiras, pois o município rondoniense apresenta diversas fragilidades que comprometem o equilíbrio das três dimensões da sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo geral analisar quais políticas públicas contribuem com a sustentabilidade dos empreendimentos das feiras livres no município Cacoal/RO, bem como caracterizar os empreendimentos e pontuar as dificuldades e potencialidades dos mesmos. Assim, a pesquisa evidenciou que ainda serão necessários muitos esforços para a consolidação de políticas públicas eficientes no município de Cacoal/RO, embora a SEMAGRI e a EMATER destinem recursos em prol dos produtores rurais, os programas se concentram predominantemente nas atividades cafeeira e leiteira.

O município de Cacoal/RO por meio da SEMAGRI tem investido em ações para melhorar as estradas, carreadores, nascentes de águas das propriedades e incentivado várias agroindústrias com sucesso no município, e a EMATER tem procurado fazer com que as propriedades sejam atendidas conforme os anseios de cada agricultor, com assistência técnica individual e conjunta, além de orientação para o cultivo de orgânicos, café e a criação de bovinos e suínos. Entretanto, não foi identificada nenhuma proposta específica para qualificação das feiras livres e capacitação dos feirantes.

As políticas públicas, que contribuam com a sustentabilidade da agricultura familiar e das feiras livres, não devem se restringir simplesmente à produção e comercialização, mas acima de tudo desenvolver mecanismos que envolvam a recuperação e conservação do solo, da água, da vegetação nativa, das famílias no campo, da geração de trabalho e renda, da saúde das pessoas que produzem e de quem consome, além da cultura local, do abastecimento alimentar e do valor econômico que traz ao município.

A pesquisa também evidenciou uma deficiência quanto à assistência técnica e capacitação dos feirantes, carência de apoio, falta de conhecimento de gestão e dificuldades de acesso dos feirantes produtores às políticas públicas. Quanto ao espaço da feira, constatou-se falta de melhorias de infraestrutura, padronização, organização, fiscalização, orientação das condições higiênico-sanitárias e desarticulação entre os feirantes.

Por fim, os resultados indicaram que a pesquisa atendeu aos objetivos propostos, pois as políticas públicas municipais ainda são consideradas incipientes no município de Cacoal/RO, uma vez que comparadas com outras regiões brasileiras, ainda não trazem os benefícios sustentáveis que agricultores já recebem em outros municípios. Todavia destaca-se o trabalho dos pequenos agricultores que, mesmo sem um acompanhamento técnico desejável, têm garantido o abastecimento local, portanto, é preciso ações concretas que colaborem com o trabalho dessas famílias e busquem sua sustentabilidade.

A partir das contribuições desta pesquisa sugere-se que outros trabalhos sejam realizados aprofundando particularmente outras questões relacionadas ao tema, além de conhecer a percepção dos consumidores sobre as ações e melhorias que os gestores municipais possam realizar para a implementação de políticas públicas sustentáveis que beneficiem a todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. M. Q. F. (2011). **Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental**. Dissertação (Mestrado em Direito) Pontifícia Universidade Católica de Goiás / PUC Goiás. Goiânia.
- CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais – uma abordagem conceitual. 2006. Instituto Social Íris. Disponível em: <<http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arq48975df171def.pdf>>. Acesso em: maio de 2018.
- CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro Alcino.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COELHO, J.D.; PINHEIRO, J.C.V. Grau de organização entre os feirantes e problemas por eles enfrentados nas feiras livres de Cascavel e de Ocara, no Ceará. In: Congresso de Economia e Sociologia Rural – SOBER, 47, 2009, Porto Alegre: Anais ... Porto Alegre: SOBER, 2009.
- COLLA, C.; STADUTO, J.A.R.S.; JÚNIOR, W. F. da R.; RINALDI, R.N. A Escolha da Feira Livre como canal de distribuição para produtos da Agricultura Familiar de Cascavel – PR. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 45, 2007, Londrina: Anais...Londrina: SOBER, 2007.
- DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 206 p. (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias).

- DUARTE, G. R.; DA SILVA S. S.; e MACHADO, J. DE C. **Triple Bottom Line**: aplicação na análise da sustentabilidade das políticas públicas para o agronegócio. XVII ENGEMA Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente - Desafios da Sustentabilidade na Economia de Baixo Carbono - 2015. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/resumo.php?cod_trabalho=113>. Acesso em: abril de 2018.
- FAO. **Iniciativa regional da FAO aponta agricultura familiar como promotora do desenvolvimento rural sustentável e a agenda 2030**. Publicação 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1043666/>>. Acesso em: abril de 2018.
- FERREIRA W. C; SILVA N. L. S; COLTRE, S. M. ARAÚJO, T. V. **Eficácia das Políticas Públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável no estado do Paraná**. Informe Gepec, Toledo, v. 20, n. 2, p.38-56, jul./ dez. 2016.
- FROEHLICH, Cristiane. **Sustentabilidade**: dimensões e métodos de mensuração de resultados. DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle (ISSN 2316-5537) Canoas, v. 3, n. 2, set. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve>>. Acesso em: maio de 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** – 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. **A Importância Das Feiras Livres Ecológicas: Um Espaço de Trocas e Saberes da Economia Local**. *Cadernos de Agroecologia*, [S.l.], v. 2, n. 1, may 2007. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/1943>>. Acesso em: maio de 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio de 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/cacoal/panorama>>. Acesso em: maio de 2018.
- KAUARK, Fabiana.; MANHÃES, Fernanda Castro.; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: guia prático – Itabuna: Via Litterarum, 2010.
- LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MAPASAN. **Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional 2015**. Câmara Interministerial de Segurança Alimenta e Nutricional. Disponível em: <<http://mds.gov.br/caisan-mds/monitoramento-da-san/mapasan>>. Acesso em: maio de 2018.
- MILHOMEM, Ceila Mendonça.; KAMIMURA, Quésia Postigo. **A Administração Pública Municipal voltada para o Desenvolvimento Sustentável**. XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. Universidade do Vale do Paraíba, 2011. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0301_0235_01.pdf>. Acesso em: abril de 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 30^o. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO. **O impacto da agricultura familiar na economia brasileira**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/o-impacto-da-agricultura-familiar-na-economia-brasileira>. Acesso em: maio de 2018.
- MOURA, A. M. M. de, & BEZERRA, M. do C. (2016). **Governança e sustentabilidade das políticas públicas no brasil**. In Governança Ambiental no Brasil: Instituições, atores e políticas públicas2 (1st ed., pp. 91–110). Brasília: IPEA.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajatória da sustentabilidade**: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, jan. 2012. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10624>>. Acesso em: maio 2018.
- PAVAN, Daiane.; SANTOS JUNIOR, Silvio. Fomento público para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso das feiras livres de produtos coloniais e agroecológicos de chapecó (sc). **Territórios**,

- Redes e Desenvolvimento Regional:** Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.
- PEREIRA, Romilson Rodrigues. Desenvolvimento sustentável: paradigmas, conceitos, dimensões e estratégias. **Revista do Tribunal de Contas da União:** Brasília. Brasília, v. 44, n. 125, p. 102-115, set. /dez. 2012.
- PIERRE, M. C.P.; VALENTE, A.L.E.F. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar.** In: XLVIII Congresso da SOBER, 2010, Campo Grande, MS; Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>>. Acesso em: abril de 2018.
- PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação:** agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. 289 f. Tese (Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- PORTO, W.S.; MEDEIROS, A.F.Q.; SOUZA, J.A.S.A.; OLIVEIRA, D.L. **Controle e apuração de resultado na agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade de produtores rurais** XVIII Congresso Brasileiro de Custos – Rio de Janeiro - RJ, Brasil, 07 a 09 de novembro de 2011.
- PREFEITURA DE PETRÓPOLIS. Disponível em: <<http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/>>. Acesso em: novembro de 2018.
- PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Disponível em: <<https://www.saoluis.ma.gov.br/>>. Acesso em: novembro de 2018.
- PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE. Disponível em: <<https://www.saomiguel.sc.gov.br/secretarias/3/agricultura-pecuaria-e-piscicultura>>. Acesso em: novembro de 2018.
- PREFEITURA DE CACOAL. Disponível em: <<http://transparencia.cacoal.ro.gov.br/portaltransparencia/orcamento>>. Acesso em: novembro de 2018.
- SALES, A. P.; REZENDE, L.T.; SETTE, R. de S. **Negócio Feira Livre:** um estudo em município de Minas Gerais. III Encontro de Gestão de pessoas e relação de trabalho. João Pessoa, novembro de 2011.
- SANTOS, José Erivaldo Oliveira dos. **Políticas Públicas na Atualidade e seus Desafios.** XI Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Resumo. EDUNISC, Santa Cruz do Sul/RS, 2015, p. 1- 15.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- SILVA, Andrea da.; HAETINGER, Claus. Os empreendimentos de feiras livres do município de Santa Maria/RS – **Caracterização e Sustentabilidade.** Revista Estudo & Debate, Lajeado, v. 24, n. 3, 2017. ISSN 1983-036X DOI: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v24i3a2017.1196>. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas>>. Acesso em: maio de 2018.
- SILVESTRE, L.H.A.; CALIXTO, J.S.; RIBEIRO, E.M. **Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas-MG.** XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial” Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.
- SIT – **Sistema de Informações Territoriais.** Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em: maio de 2018.
- STOFFEL, J. A., & COLOGNESE, S. A. (2015). **O desenvolvimento sustentável sob a ótica da sustentabilidade multidimensional.** Revista da FAE, 18(2), 18-37.
- TAVARES, Everkley Magno Freire. **Avaliação De Políticas Públicas De Desenvolvimento Sustentável:** Dilemas Teóricos E Pragmáticos. **HOLOS**, [S.l.], v. 1, p. 120-129, dez. 2007. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/63/69>>. Acesso em: maio 2018.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: abril de 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos / trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.